





Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2021.

Sumé - PB

# S U M Á R I O

1- INTRODUÇÃO .....	1
2- DESENVOLVIMENTO .....	2
2.1 - O contexto histórico da formação da pequena produção.	3
2.2 - Organização e caracterização da pequena produção ....	5
2.3 - A pequena produção e o capital .....	9
2.4 - A reprodução da pequena produção no Brasil .....	13
3- CONCLUSÃO .....	18
4- BIBLIOGRAFIA .....	20

## 1- INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é fazer uma exposição dos aspectos principais que envolvem a pequena produção agrícola.

Entre variados caracteres estudaremos: 1- "O contexto histórico da formação da pequena produção agrícola; 2- Organização e caracterização da pequena produção; 3- A pequena produção e o Capital; 4- A reprodução da pequena produção no Brasil".

Pequena produção tão importante que é inserida por alguns autores no "modo de produção camponês" e que poderia existir em paralelo ao modo de produção capitalista.

Pequena produção que existiu desde o Brasil Colonial e que atualmente abastece o Nordeste e outras regiões de alimentos básicos, tais como: arroz, feijão, milho, mandioca, fava e outros.

Pequena produção que geralmente difere de região para região no processo produtivo e na forma de ser explorada e apropriada.

Pequena produção que recebe também o nome de campesinato de origem espanhola mas que não perde suas características principais.

Porém nota-se que o antigo camponês era mais independente economicamente e culturalmente e que o camponês moderno elemento deste campesinato é preso economicamente ao desenvolvimento do capitalismo e perdeu suas tradições culturais, seja no processo produtivo, no folclore ou no vestuário.

Quanto aos problemas enfrentados pela pequena produção, são vários desde os de caráter climatológico até o alto nível de concentração de terras e a constante penetração desordenada do capitalismo no campo. Problemas que são dificultados pelo descaso do governo federal para com os pequenos produtores que oferece créditos financeiros as médias e grandes empresas e dificulta o acesso dos pequenos produtores. Pois para entidades como a SUDENE, tudo é feito através de projetos, que através de muita burocracia deixa o pequeno produtor a margem dos investimentos na agricultura. Seja para irrigar, adubar ou drenar suas terras o camponês tem como arma sua própria habilidade e a necessidade de sobreviver.

Outro problema crucial é a falta de sementes selecionadas, ou mesmo uma orientação agrícola que faria com que o agricultor plantasse no solo adequado tal tipo de sementes.

Sendo assim a desigualdade de regiões é visível e estudada por muitos economistas, sociólogos, etc. Que colocam o subdesenvolvimento do Brasil oriundo do Nordeste onde o capitalismo comercial dominou por longo tempo e não olham que os recursos financeiros são excessivamente usados na industrialização deixando de lado a agricultura que já foi subsidiária do processo de industrialização

Por fim o que tenho a dizer mesmo estando implícito nesta monografia é que figuras que representam o camponês como os posseiros, parceiros, meeiros, arrendatários e etc., são cada dia mais expropriados de todas as formas, sejam pelos grileiros a serviços das grandes empresas ou dos latifundiários rurais. Com isso o êxodo rural faz com que um grande contingente de pessoas analfabetas e sem profissões passem a habitar os grandes centros urbanos, provocando os inchamentos nas cidades com: a fome, a prostituição, mendicância, marginalidade e etc. e quando conseguem vencer na vida como em alguns casos, não são vistos como nordestinos ou vindos da zona rural.

É portanto através desta introdução que inicio este trabalho monográfico.

## 2- ~~DESENVOLVIMENTO~~

## QUADRO GERAL

Antes de desenvolver esta monografia tomando por base citações bibliográficas irei fazer resumo de fatos concretos relacionados à pequena produção que assimilei ora na leitura de vários livros ora na experiência vivida no cotidiano. Por exemplo é possível a existência de uma pequena produção em uma grande propriedade, desde que ela esteja localizada em áreas secas ou de pantânos, como é o caso do sertão nordestino e pantanal matogrossense.

Nas beiras das rodovias principalmente onde o clima é viável, existe um número enorme de pequenas produções, onde funcionários das várias espécies aumentam seus rendimentos ou mesmo agricultores natos, nas plantações de feijão, batata, mandioca, macaxeira, hortigranjeiros e uma variedades de frutas, etc.

A concentração da terra vem prejudicando muito o desenvolvimento da agricultura nordestina. Outrossim os contratos

de meeiros geralmente nunca obedecem ao "Estatuto da Terra".

As relações de produção na agricultura nordestina e Brasileira são bastantes complexas, assim a questão agrária desenvolvida no campo foi enfraquecida pelo regime militar e pela ilusão de milagre econômico. Conseqüentemente o trabalhador nordestino tem um baixo poder de barganha. Exemplifico as culturas: do algodão, do feijão, do cacau e de outros produtos.

O baixo índice de escolaridade do nordestino faz com que ele siga muitas vezes a profissão de pequeno camponês já exercida por seus pais ou desempenhem profissões humildes nas cidades.

O Estado é um dos principais culpados do atraso da "pequena produção familiar" do Nordeste ora através de sua política de créditos ora através do desvio de recursos para outras regiões e empreendimentos. Assim a pequena produção desempenha um novo papel: o de responsável por um maior endividamento da agricultura, através do crédito rural oficial, contribuindo com isto para a sustentação do sistema financeiro.

Devido a existência de um grande exército de reserva no campo a força de trabalho do pequeno produtor torna-se barata, contribuindo essencialmente para a acumulação capitalista.

Para encerrar quero diferenciar a pequena produção nordestina da existente em São Paulo e em outros estados do sul, pois lá a pequena produção já absorveu um grande progresso técnico, ela é mecanizada. Enquanto no Nordeste ela é atrasada tecnicamente, é uma produção que visa mais os mercados consumidores através das CEASAS, porém não tem poder de transformação dos seus produtos e de embalagens e há dificuldade nos transportes para os centros compradores e consumidores.

## 2.1 - O Contexto histórico da formação da pequena produção agrícola.

Numa economia como a brasileira - particularmente em sua primeira fase - é preciso distinguir dois setores bem diferentes da produção. O primeiro é dos grandes produtores de exportação como o açúcar e o tabaco, o outro é das atividades de acessórios cujo fim é manter em funcionamento aquela economia de exportação. São sobretudo as que se destinam a fornecer os meios de subsistência à população empregada nesta última; e poderíamos,

em oposição à outra, denominá-la economia de subsistência.(1)

A origem da pequena produção e sua estreita ligação com a produção de alimentos vem de agricultores: ocupavam certos pedaços de terra, onde produziam sua subsistência e vendiam parte da produção nas feiras.(2)

Como já foi relatado na introdução eu trato o campesinato como sinônimo de pequena produção.

O Campesinato se compõe de "trabalhadores e pequenos produtores autônomos que, ocupando embora a terra a títulos diferentes - proprietários, arrendatários, parceiros... - exercem sua atividade por conta própria. Esse tipo de trabalhador, a que propriamente se aplica e a que se deve reservar a designação de "camponês".(3)

O pequeno produtor no Brasil sempre foi considerado, um preguiçoso pelas classes dominantes.

A forma específica assumida pelo processo de formação do campesinato como classe no Brasil - país onde até 1888 predominava o trabalho escravo - não modifica em nada as necessidades do lavrador brasileiro, semelhantes às de qualquer outro produtor independente: crédito barato; preços acessíveis para as ferramentas; implementos agrícolas e fertilizantes; facilidades de transportes; etc.. Ora, em poucos países o pequeno agricultor foi tão pilhado e oprimido como no nosso, apesar de ser ele o responsável pela produção de boa parte dos alimentos consumidos pela nação.(4)

O modelo primário exportador predomina até nossos dias porém o crescimento das pequenas propriedades e conseqüentemente da pequena produção é claro na citação seguinte:

"Até a segunda metade do século XIX, a formação da grande propriedade esteve ligada à agricultura (açúcar, algodão, fumo) e ao

- 
- (1) PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1970, p. 41.
- (2) SILVA, José Graziano da. O que é Questão Agrária, 14a. edição, Editora Brasiliense S.A., São Paulo, 1987, p. 23.
- (3) IANNI, Octávio. A Luta pela Terra. Vozes, Petrópolis, 1979, p.132.
- (4) FOOT, Francisco e LEONARD, Victor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil. Global Editora, São Paulo, 1982, p. 40.

pastoreio. O café reforçou essas características latifundiárias de nossa agricultura, por ser também um produto destinado ao mercado externo, cuja produção exigia grandes capitais e imensas extensões cultivadas. A pequena produção não consegue enfrentar a oscilação dos preços no mercado mundial, nem compensar os grandes gastos necessários para a implantação do cafezal. Era grande o número, de pequenas propriedades, porém o predomínio do latifúndio era indiscutível. Em 1905, segundo dados da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 56.931 propriedades existentes no Estado, 21.535 tinham menos de 10 hectares".(5)

O alto nível de produtividade devido a intensidade de trabalho também pode ser notado na pequena produção quando da produção de alimentos em todo o Brasil.

"Segundo o Censo Agropecuário de 1970, os estabelecimentos de menos de 50 hectares são responsáveis por 88% da produção de feijão no Rio Grande do Sul e no Paraná, e 87% em Alagoas; 88% da produção de mandioca em Santa Catarina, 93% em Sergipe; 80% da produção de milho no Paraná, para darmos apenas esses exemplos".(6)

Resumindo, pode-se afirmar que a unidade produtiva camponesa surgiu da posse do elemento livre nacional; tomou impulso com a imigração e mais tarde originou-se também do fracionamento da grande propriedade.(7)

## 2.2 - Organização e Caracterização da pequena produção

A forma de organização agrícola existente no interior das grandes propriedades, nas regiões de colonização mais antigas e especialmente nas regiões de expansão da fronteira agrícola são os pequenos arrendatários, parceiros e posseiros.

Em seu conjunto, essas formas constituem o que se

---

(5) FOOT, Francisco e LEONARD, Victor. História da Indústria e do Trabalho. O. cit., p. 42.

(6) Idem, p. 42.

(7) CARVALHO, João Carlos Monteiro de. Camponês no Brasil. Vozes, Petrópolis, R. J., 1978, p. 59.



tem chamado de pequena produção: pequenas áreas com baixas rendas, onde a família do produtor direto constitui a unidade básica de produção e consumo, e onde sua reprodução se realiza sob precárias condições. A pequena produção é responsável em nosso país pela grande parcela da produção de alimentos básicos e também das matérias-primas de transformação industrial.(8)

Voltando ao termo campesinato preferido por alguns autores observa-se que:

"Os caracteres do campesinato continuam os mesmos,, conforme mostram diversos autores. A família constitui sempre a unidade social de trabalho e de exploração da propriedade, sendo que os produtos, regra geral, satisfazem as necessidades essenciais da vida; as tarefas do trabalho se dividem entre todos os membros do grupo doméstico, em função das faculdades de cada um, formando assim uma equipe de trabalho. A família assegura a subsistência de todos os membros; a combinação família-empresa agrícola faz com que se estabeleça uma comunidade de consumo, além da comunidade de posse além da comunidade de trabalho, sob a autoridade de um membro que é o pai de família. A família camponesa é também em geral autoritária." (9).

A descrição das características do campesinato, vistas por diversos autores, e em regiões diferentes, faz chegar à conclusão de que certos traços o definem, sejam quais forem os detalhes que diferenciam os camponeses de regiões diversas do globo. Estes traços são os seguintes:

O camponês é um trabalhador rural cujo produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte do aluguel da terra quando não é proprietário; devido ao destino da produção, é ele sempre policultor. O caráter essencial da definição de camponês é, pois, o destino dado ao produto, pois este governa todos outros elementos com ele correlatos. Assim, dificilmente cultivará grandes extensões de terra; por outro lado; não sendo a colheita destinada à obtenção de lucro, não

---

(8) SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa. 2a. edição, Zahar editores, Rio de Janeiro, 1982, p. 37.

(9) QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Campesinato Brasileiro. 2a. ed., Vozes, Petrópolis, 1973, p. 18-

deve ela ultrapassar certo nível de gastos a fim de não onerar a disponibilidade econômica familiar - de onde se empregar preferencialmente sistema de cultivo e instrumentos rudimentares, e se utilizar a mão-de-obra familiar.(10)

A via de desenvolvimento da agricultura através das formas capitalistas clássicas abrange poucos casos no Brasil.

Na grande maioria dos casos, o que se observa ainda hoje é a presença de pequenas unidades familiares onde os produtores se organizam com base no trabalho da família e com a ajuda de trabalhadores contratados apenas temporariamente em épocas determinadas do ciclo produtivo (na colheita, por exemplo) e com um nível muito baixo de tecnificação. Mas esse tipo de unidade não é absolutamente fechado ou independente, pois seu grau de participação no mercado - tanto na venda de produtos como na compra de insumos - é bastante elevado. E é justamente nessa vinculação crescente ao mercado a circulação capitalista de mercadorias que se materializam as formas concretas de extração do excedente ou sobretrabalho desses camponeses.(11)

Apesar da pouca diferença existente entre o antigo e o novo camponês podemos observar algumas, até mesmo na subordinação do modo de produção capitalista.

De acordo com Beskow (1979), as formas concretas que assume hoje a pequena produção na agricultura brasileira podem ser reunidas em dois grandes grupos:

- a) formas subordinadas ao capital comercial e ao proprietário fundiário. Essas formas de extração do excedente podem ser assim resumidas: pagamento de renda fundiária pelo parceiro (sob forma de percentual da produção comercial e/ou de subsistência);
- b) formas subordinadas às agroindústrias e a "Cooperativas Capitalistas". Nesse caso a apropriação do excedente dá-se através do financiamento dos insumos e da "assistência técnica", que cria uma dependência do pequeno proprietário e o força a adotar um novo padrão técnico.

---

(10) QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Camponato Brasileiro. O. cit., p. 29-30.

(11) SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa. O. cit., p. 127.

A primeira das formas apresentadas é mais comum nas regiões de fronteira agrícola em que os posseiros estão subordinados às mais variadas formas do capital comercial: beneficiador, bodegueiro, caminhoneiro, intermediário, atacadista, processador da produção, etc.

A segunda forma está associada à produção de matérias-primas que exigem intensamente força de trabalho e situa-se especialmente na região Centro-Sul do País (hortigranjeiros, frutas de mesa, fumo, vinhos, suínos, etc.). (12)

Na evolução da pequena produção no Brasil é muito importante notar a sua diferenciação, porque o pequeno produtor continua o mesmo só que as relações de produção mantidas com este mudaram muito.

A pequena produção na agricultura brasileira está presente em toda a história econômica do País, desde os "sítios volantes" e as posses nos interstícios das sesmarias, das roças dentro dos engenhos de açúcar ou das fazendas de café, até os atuais posseiros da Amazônia, os parceiros e rendeiros do Nordeste e os pequenos proprietários do Centro-Sul. (13)

A elevação da composição orgânica do capital no setor agrícola e o processo de centralização estão constantemente re-dimensionando a escala mínima abaixo da qual a reprodução da pequena produção não é mais viável economicamente.

Por tudo isso, uma definição do que é o "novo camponês" ou, ainda, do que é hoje o campesinato brasileiro não pode ser dada apenas em função de parâmetros econômicos, sendo fundamental incorporar também a questão das classes sociais.

Além das transformações internas à pequena produção descritas anteriormente, o desenvolvimento capitalista modificou também profundamente o papel que está desempenhava na agricultura brasileira.

Em primeiro lugar, os pequenos produtores deixaram de ser produtores de subsistência, no sentido de ofertarem apenas o "excedente", e passam a produzir fundamentalmente para o mercado. Ao lado disso, passam a desempenhar um novo papel, o de

---

(12) Idem, p. 129-130.

(13) Idem, p. 136.

compradores de insumos industriais (mesmo que isso não se reflita numa redução de custos) por imposição do capital industrial e comercial. (14)

Apesar de todas transformações são as pequenas propriedades que: a) exploram mais intensivamente as terras; b) tem maior renda bruta e níveis de investimentos produtivos por unidade de área, ou seja, têm uma alta "produtividade" da terra; c) utilizam mais intensivamente a mão-de-obra, quase que exclusivamente de base familiar. (15)

Os empreendimentos capitalistas estão voltados principalmente para a pecuária e a transformação industrial.

Os alimentos, por sua vez, provêm, na quase totalidade, de propriedades bastante pequenas e com baixo valor da produção, caracterizando o que se tem denominado "pequena produção". A maior parcela desses alimentos origina-se em imóveis que não utilizam assalariados permanentes, nos quais predomina, de forma quase absoluta, o trabalho familiar. (16)

### 2.3 - A pequena Produção e o Capital

A exploração capitalista é grande em cima do agricultor, através de baixos salários até ao desemprego.

Aí vem a solução mágica: vamos modernizar a agricultura! Só com o aumento da produtividade é que teremos boas rendas; daí se poderem pagar maiores salários e dar mais emprego! E então aparecem as formulações de política e seus instrumentos para acelerar a modernização. Um dos mais importantes, ou pelo menos aquele sobre o qual se tem dado grande ênfase é o crédito rural, que parece de sucesso pouco provável. (17)

Através da análise dos dados publicados pelo INCRA a partir das informações apuradas pelo Sistema Nacional de Cadas-

(14) SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa. O. cit., p. 139.

(15) SILVA, José Graziano da, e Outros. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. 2a. edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1980, p. 208.

(16) Idem, p. 224.

(17) SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa, O. cit., p. 29.

tro Rural, procurou-se entender, neste trabalho, o significado da dominação do capital na agricultura e as contradições geradas pelo seu desenvolvimento.(18)

Eu reafirmo que os empreendimentos capitalistas estão principalmente voltados para a pecuária e a transformação industrial.

Na verdade, a produção de alimentos no Brasil, exceto alguns casos particulares, não tem sido atrativa para o capital, na medida em que o mecanismo de fixação de preços a torna pouco ou nada rentável. A ela se dedicam pequenos produtores em geral, que, como se viu, são responsáveis pela maior parcela da produção.(19) Baseado nisto existe até o rebaixamento dos salários rurais.

Assim, de um lado, a pequena produção revela-se como importante no sentido de gerar uma parcela considerável da produção agrícola. De outro, contudo, a sua existência também significa um alto grau de exploração da força de trabalho, devido à necessidade que os trabalhadores têm de intensificar e aumentar a jornada no sentido de obter a subsistência. Além disso, o rebaixamento de salários que ela permite, estimula a manutenção dos baixos níveis de capitalização que se observa na agricultura brasileira.(20)

Como solução para a crise agrícola apresentam alguns autores a modernização e outra política que tem visado à " modernização " da agricultura é a dos incentivos fiscais, como uma tentativa de transferir capital da indústria para a agricultura, aliada à política de ocupação de novas áreas, principalmente nos projetos fomentados pela Sudam e pela Sudene.

A estratégia de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira é a da modernização conservadora. Portanto, o problema que se levanta é saber se esse caminho pode ou não ser alterado.

Sendo assim a solução está inserida dentro da questão agrária.

---

(18) Idem, p. 33.

(19) Idem, p. 37.

(20) Idem, p. 39.

As relações de produção na agricultura brasileira refletem o desenvolvimento extremamente desigual do capitalismo no campo, conforme as diferentes regiões do país.(21)

O capital ainda hoje não resolve totalmente o problema do acesso à terra para milhares de pessoas que dela dependem para sua sobrevivência.

Parece-me que a grande mudança que se impõem ao desenvolvimento do capitalismo no campo, nesta década, é o "fechamento" da fronteira agrícola. Fechamento não pela ocupação efetiva do solo mas pela grande empresa beneficiária dos incentivos fiscais, com intenção meramente especulativa na maioria das vezes. A consequência dessa política é a valorização acelerada das terras, inclusive as de pior qualidade onde se comprime a "pequena produção", nas regiões produtoras, especialmente do Centro-Sul.(22)

O estado vem atrasando o desenvolvimento do capitalismo no campo.

É na perspectiva de se redefinir o papel do Estado - não mais como agente viabilizador do desenvolvimento do grande capital - que se deve recolocar a discussão da modernização da agricultura brasileira. Uma modernização que não mais converta camponeses em proletários, mas que está "lumpenizando" esses trabalhadores. O que nos perguntamos hoje é se esse caminho é compatível com os planos de democratização da sociedade brasileira, de onde evidentemente os trabalhadores rurais e urbanos não podem continuar excluídos.(23)

A terra vem desempenhando o papel também de reserva de valores para muitos capitalistas.

O importante a reter é que, se a especulação imobiliária é um aspecto negativo do ponto de vista da produção agrícola, não o é do ponto de vista do capital financeiro. Ao pequeno agricultor, em sentido lato, pouco interessa que a sua terra tenha uma valorização rápida, uma vez que sua atividade é a produção agropecuária, da qual depende para sua subsistência. De modo geral, quando ele vende suas terras, não o faz por vontade própria ou para buscar investimentos mais rentáveis, e sim por causa de

(21) Idem, p. 40

(22) Idem, p. 42

(23) Idem, p. 64

alguma forma de pressão e imbuído da esperança de poder adquirir nova área em outra parte. Ao contrário, o capitalista, ao comprar terras, está sempre à procura do melhor investimento. (24)

O resultado desta especulação imobiliária é a não existência de terras livres na fronteira.

Assim, a "modernização dolorosa" - porque é lenta e restrita - continuará o seu caminho, acompanhada por uma presença cada vez maior de capitais monopolistas controlando a venda dos insumos básicos (adubos, sementes melhoradas, defensivos), dos meios de produção (máquinas e equipamentos) e a comercialização da produção. E será cada vez mais submetido a esse estreito controle oligopolista - monopsônico que o pequeno agricultor terá de organizar a sua produção de modo a conseguir obter o sustento da sua família aí empregada. (25)

Nesta modernização a produção se torna mais intensiva sob o controle do capital.

Quer dizer, o sentido das transformações capitalistas é elevar a produtividade do trabalho. Isso significa fazer cada pessoa ocupada no setor agrícola produzir mais, o que se consegue aumentando a jornada e o ritmo de trabalho das pessoas, e intensificando a produção agropecuária.

Essa industrialização da agricultura é exatamente o que se chama comumente de "penetração" ou "desenvolvimento do capitalismo no campo!" (26)

Voltando ao termo campesinato, à medida que o capitalismo penetra no campo o campesinato tende, em última etapa, à proletarização mas isso não indica que essa proletarização ocorra de imediato. Ela se fará aos poucos. Desta maneira, alguns camponeses podem se transformar em empresários familiares, enquanto a grande maioria por um certo período de tempo manterá o "status". (27)

No Brasil, São Paulo é comprovadamente o Estado onde o capitalismo mais tem penetrado no campo, através da tecnifica-

---

(24) Idem, p. 77

(25) Idem, p. 124-125

(26) Silva, José Graziano da. O que é Questão Agrária, O.Cit., p.13-14

(27) Carvalho, João Carlos Monteiro de. Camponeses no Brasil, O.Cit., p-105

ção da agricultura do tipo capital intensivo e da valorização dos bens móveis e imóveis, ou seja, da maior classificação destes como equivalentes de capital. Por outro lado, o Estado do Piauí se caracteriza por uma agricultura em que o capitalismo ainda está dando os primeiros passos para sua penetração no campo.

Ora, na medida em que o capitalismo mais penetrasse no campo, era de se esperar uma transformação das relações sociais de produção pré-capitalistas em capitalistas. Ou seja: o campesinato tenderia à proletarização. Como foi visto, tal fato não ocorreu. No Estado do Piauí, encontrou-se uma proliferação, do campesinato e em São Paulo, apesar desse fenômeno não ter ocorrido com a mesma intensidade do Piauí, verificou-se uma certa manutenção e um aumento nas relações sociais de produção pré-capitalistas.(28)

Os produtores familiares, na sua luta pela sobrevivência como tais, são obrigados a se integrar de forma crescente às regras do jogo impostas pelo capital ao nível do próprio processo produtivo.(29)

A questão está justamente aí: o sistema todo foi feito para que ganhem os grandes capitais e não os pequenos produtores.(30)

#### 2.4 - A reprodução da pequena produção no Brasil

É exatamente por ser a terra um meio de produção relativamente não reprodutível - ou pelo menos, mais complicado de ser multiplicado - que a forma de sua apropriação histórica ganha uma importância fundamental. Por isso é que a estrutura agrária - ou seja, a forma como a terra está distribuída - torna-se assim o "pano de fundo" sobre o qual se desenrola o processo produtivo na agricultura.(31)

Vejamos como se deu a evolução da estrutura agrária brasileira nesses últimos anos e o crescimento da pequena produção.

---

(28) Idem, p. 119

(29) Sorj, Bernardo. Estado e Classes Sociais na agricultura brasileira, Zahar Editores, R.J., 1980, p. 64

(30) Silva, José Graziano da, O que é Questão Agrária, o.Cit., p. 17

(31) Idem, p. 21



Na primeira metade dos anos sessenta, que corresponde ao período da crise econômica de 1961/67, há um aumento praticamente generalizado de todos os tamanhos de propriedades. Mas ainda podemos notar que o crescimento das grandes propriedades é maior que o das pequenas, segundo os dados do INCRA e do IBGE. Já no período seguinte, 1967/72, que corresponde ao período de crescimento e auge do que ficou conhecido como "milagre brasileiro", aumenta apenas o número de grandes propriedades.

No período 1972/76, que coincide com uma forte expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal (incluindo a parte da Região Centro-Oeste), há novamente uma multiplicação das pequenas propriedades, embora haja também um crescimento ainda maior das grandes, especialmente as ligadas às empresas multinacionais.

A dinâmica de recriação/destruição da pequena propriedade na década dos sessenta/setenta no Brasil, portanto, é mais ou menos o seguinte: na fase de subida do ciclo econômico, as pequenas propriedades são engolidas naquelas regiões de maior desenvolvimento capitalista no campo e empurrados para a fronteira, na maioria das vezes na forma de pequenos posseiros. Na fase de descenso do ciclo, as pequenas propriedades se expandem é verdade, mesmo em certas regiões de maior desenvolvimento capitalista e/ou de estrutura agrária consolidada.

É importante ressaltar que essa "crise" de que falamos não é necessariamente uma crise no sentido do ciclo econômico. Pode ser também uma catástrofe climática (seca, inundação, etc.), por exemplo, ou uma queda drástica de preços de um determinado produto agrícola, etc..(32)

A concentração de terras é o maior fator limitante da reprodução da pequena produção.

Muitos argumentam que essa concentração da posse das terras no Brasil não deve preocupar porque há ainda muitas terras devolutas a serem incorporadas pela expansão da fronteira agrícola. De fato, a expansão da fronteira agrícola nas últimas décadas foi muito grande, mas isso não melhorou a distribuição fundiária do país.(33)

---

(32) Idem, p. 31-32-33.

(33) Idem, p. 36.

Em resumo, a manutenção de um elevado grau de concentração da terra no país funcionou como um acelerador do processo de urbanização.(34)

O padrão de crescimento da nova agricultura supôs sempre a existência de uma fronteira agrícola em expansão.

A fronteira não é necessariamente uma região distante, vazia no aspecto demográfico. Ela é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como relação social de produção.

A expansão da fronteira vinha desempenhando pelo menos três funções básicas no "modelo agrícola" brasileiro.

A primeira, no plano econômico, é que a fronteira era um "armazém" de gêneros alimentícios básicos, especialmente arroz e feijão.

A segunda diríamos no plano social, é que a fronteira representava uma orientação dos fluxos migratórios.

A terceira função, vamos dizer no plano político, é que a fronteira era a "válvula de escape" de tensões sociais no campo.(35)

A década de setenta tornou-se então a década do pequeno produtor. Apoio ao pequeno produtor: assistência técnica, facilidades creditícias, organização de associações, financiamento de projetos.

O aumento do setor dos pequenos produtores é devido à expansão do número de estabelecimentos nas zonas de fronteiras, e dentro dele a atuação dos posseiros se torna cada vez mais importante.

Por causa da expansão da fronteira, o posseiro transforma-se num personagem com importância numérica crescente na agricultura da pequena produção tradicional.(36)

O Projeto Sertanejo, o Polonordeste e outros programas vêm auxiliando a reprodução da pequena produção.

Deve-se salientar ainda nas relações cooperativa-coope-

---

(34) Idem, p. 38.

(35) Idem, p. 45-46.

(36) SORJ, Bernardo. O. cit., p. 132.

rados, a presença do Estado, garantindo a expropriação e reprodução do campesinato pela cooperativa.(37)

Em comparação ao Brasil nota-se que no Paraná é maior a importância das propriedades pequenas e médias: para o Brasil os imóveis de menos de 100 ha detinham em 1976 apenas 15% da área total, enquanto no Paraná esse valor é três vezes maior (45%).

Em outros estados isto é diferente devido ao atraso técnico e a alta concentração de terras. Segundo Graziano uma reconcentração da propriedade da terra na agricultura brasileira significa: mais conflitos pela terra; aceleração do êxodo rural; multiplicação dos bônias-frias e dos desempregados; enfim, uma reconcentração de renda, de poder e de direitos nas mãos de um grupo cada vez menor de privilegiados - os grandes latifundiários, proprietários de terras.(38)

O número de arrendatários por imóvel tende a ser superior ou igual ao de parceiros na maior parte dos estados do Nordeste e inferior nos demais.

A análise mais aprofundada da parceria e do arrendamento revela que, embora distintas, ambas se configuram, na sua maior parte, como formas da pequena produção. Na maior parte dos casos, tanto na parceria como no arrendamento, a família é a unidade básica da produção, a qual se realiza em reduzidas áreas e sob precárias condições de reprodução. O arrendamento e a parceria capitalistas não são significativas no conjunto da agricultura brasileira, aparecendo ligados a algumas regiões e produtos específicos.(39)

Sendo assim a solução para todos os trabalhadores rurais brasileiros é a reforma agrária acompanhada das condições de produção.

Num projeto de reforma agrária a curto, médio e longo prazos, deve-se dar atenção especial à situação das populações de trabalhadores rurais: aos assalariados, ocupantes, par-

---

(37) LOUREIRO, Maria Rita Garcia e Outros. Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. Ed. Cortez São Paulo, 1981, p.135.

(38) SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa, O. cit., p. 96 e 170.

(39) SILVA, José Graziano da. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. O. cit., p. 129 e 221.

ceiros, arrendatários, minifundiários e lavradores pobres, subempregados, desempregados, mulheres e menores.(40)

Para que o pequeno produtor rural possa reproduzir as suas culturas, ou mesmo ampliá-las existem inúmeros problemas e o maior é a estrutura agrária altamente concentrada, foi nesse sentido de minorar a exploração do trabalho no campo que surgiram as ligas camponesas, na segunda metade da década de 50. Objetivando organizar o homem do campo neste setor, nasceu depois de várias tentativas em outras regiões a "Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco". Porém precisamos evoluir bastante para alcançarmos os objetivos ideológicos do pequeno produtor.

Outro fator limitante a reprodução da pequena produção é a existência de muitos intermediários que absorvem a maior parte do lucro que seria destinado ao pequeno produtor isto devido a falta de infra-estrutura de transporte e por não poder desenvolver ele normalmente as funções de comercialização bem como seus serviços. O não cumprimento dos termos legais do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador por parte dos grandes proprietários, a imperfeição existente ainda nesses estatutos e um ITR que recai a taxa mais em cima dos pequenos produtores; faz com que seja necessário rapidamente uma reforma agrária para diminuir o máximo a concentração de terras e amenizar as questões: energética, indígena, urbana e das desigualdades regionais.

Enfim as políticas agrícolas e as cooperativas implantadas pelo Estado e o complexo agroindustrial sob a égide do grande capital são atualmente os principais responsáveis pela reprodução em menor ou maior escala da pequena produção agrícola no Brasil.

---

(40) VINHAS, Moisés. A Terra, o Homem, as Reformas. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1980, p. 3.

## CONCLUSÃO

Nesta conclusão objetivo mostrar alguns aspectos direta ou indiretamente enfatizados no desenvolvimento, dando a síntese do trabalho.

De início eu quero dizer que o nosso antigo campesinato tinha caracteres semelhantes com o campesinato que existiu na Europa Ocidental e se fomos colonizados por Portugal, nada mais evidente que isto.

Na evolução da pequena produção no Brasil vimos no contexto histórico que o modelo primário exportador, a acumulação primitiva de capital e a predominância do capital comercial até pelo menos 1930 fez com que a pequena produção fosse essencial para a classe exportadora e alcançasse altos índices de produtividade nos chamados produtos básicos ou culturas de pobre.

Quanto a organização e caracterização da pequena produção nota-se que os caracteres essenciais do campesinato continuam os mesmos na opinião de vários autores, nas várias épocas e em regiões diferentes. O seu trabalho fornece lucro em favor do grande proprietário e do grande capital. Se organizam com base no trabalho familiar e se assalariam nas épocas de colheitas nas grandes propriedades.

No entanto sua subordinação não é só as citadas por Beskow, o pequeno produtor se subordina a diversos capitais.

Apesar dos caracteres principais da pequena produção continuarem os mesmos houve mudanças no papel que esta desempenhava na agricultura brasileira.

Quanto a sua organização sindical buscam logicamente condições de acesso a terra através de uma reforma agrária, que infelizmente dentro da nova constituição deu passos vagarosos de evolução, no entanto é uma organização muito lutadora.

No ítem, a pequena produção e o capital nota-se que "a modernização dolorosa" feita sobre a égide do Estado, faz com que a agricultura precise cada vez menos de trabalhadores rurais e utilize cada vez mais mão-de-obra semi-especializada, proporcionando o desemprego e o êxodo rural.

O fechamento das fronteiras agrícolas, a especulação imobiliária e o papel paternal do Estado para com as multinacio

nais e os grandes bancos faz com que a pequena produção seja cada dia mais expropriada e caminhe para um processo de transformação para uma pequena produção tecnificada.

No ítem a reprodução da pequena produção no Brasil dividido-a em três tipos que não foram vistos diretamente neste trabalho: a pequena produção de subsistência, a pequena produção mais mercantilizada e a pequena produção que alcançou um certo nível técnico.

O pequeno produtor no Nordeste trabalha em várias culturas como: o fumo, o cacau, o coco, a cana-de-açúcar, a carnaúba além dos produtos básicos já citados e planta de forma intercalar e consorciada.

Esta complexidade de trabalhadores que sofrem para produzir o essencial para o ser humano que é o alimento precisa ser mais olhada pelo Estado através do crédito fácil e barato, a assistência técnica e a garantia do preço mínimo digno para a sua produção.

Devemos concluir que a grande empresa rural e os latifundiários em geral além de explorarem a força de trabalho do pequeno produtor e expropriarem de todas as formas, destroem também nosso parque ecológico, atingindo nossa fauna, flora, rios, o setor mineral etc.

Estamos na época do capital industrial e comercial internacionalizado onde o capital intervem e domina desde a produção e transformação até a comercialização.

Os latifundiários e grandes proprietários capitalistas, possuem ainda muita força no poder central. A votação da reforma agrária na constituinte e a mobilização realizada pela UDR mostram isto mais uma vez.

Precisamos eleger um presidente da República que tenha planos para a agricultura. Pois já foi provado no mundo inteiro que é a agricultura que faz com que os outros setores cresçam e consequentemente uma nação. Logo nós temos uma grande área agricultável que com certeza será a chave para se diminuir a dívida externa sensivelmente e matar "a fome do povo brasileiro."

Sendo assim o pequeno produtor será o ator principal deste futuro desenvolvimento já tão apontado por Lenin e Kautsky.

4- BIBLIOGRAFIA

- 1- SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa. 2a. edição. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1982.
- 2- SILVA, José Graziano da. O que é Questão Agrária. 14a. Ed. Editora Brasiliense S.A., São Paulo, 1987.
- 3- CARVALHO, João Carlos Monteiro de. Camponeses no Brasil. editora Vozes Ltda., Petrópolis, 1978.
- 4- SILVA, José Graziano da, e Outros. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. 2a. edição, editora Hucitec, São Paulo, 1980.
- 5- PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense, 1970, p. 41.
- 6- IANNI, Octávio. A Luta pela Terra. 2a. edição, editora Vozes Ltda., Petrópolis, 1979.
- 7- SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.
- 8- FOOT, Francisco e LEONARD, Victor. História da Indústria e do Trabalho no Brasil. Global editora, São Paulo, 1982.
- 9- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O Campesinato Brasileiro, 2a. ed., editora vozes Ltda., Petrópolis, 1973.
- 10- LOUREIRO, Maria Rita Garcia e Outros. Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. Editora Cortez, São Paulo, 1981.
- 11- VINHAS, Moisés. A Terra, o Homem, as Reformas. Edições Graal Ltda., Rio de Janeiro, 1980.